

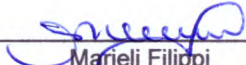


DECRETO N° 4175, DE 12 DE JULHO DE 2021.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS EM

13 / 07 / 2021

CFE. LEI MUNICIPAL 0826/2020


Marieli Filippi
OAB/SC 47.248
Advogada

"**CRIA E NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE RETORNO AS AULAS**".

RENALDO MUELLER, Prefeito Municipal de Riqueza, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas e autorizadas no Inciso VII do artigo 64 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Riqueza estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da constituição federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;





CONSIDERANDO a portaria nº 750/2020 SED/SES/DCSC, de 25 de setembro de 2020, que determina aos municípios do território catarinense a elaboração de Plano de Contingência Municipal para a Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, criado e homologado, a partir desta data, os membros que integrarão o Comitê Municipal relacionado ao retorno das aulas presenciais e ao gerenciamento da pandemia do COVID-19, a seguir nominados:

I - Representantes do Comitê Municipal:

Nome	Órgão
Eleni Rutzen Endrigo	Secretaria de Educação
Alexandre Schenatto	Secretaria de Saúde
Sueli Henriques Tramm	Departamento de Assistência Social
Juliano Luiz Bortolanza	Secretaria de Adm. e Finanças
Ederson Secci	Coordenador Municipal da Defesa Civil
Marizane Marinês Weber	Profissionais da Educação
Mariana Rutzen	Estudante da Educação Básica
Fernanda Furlanetto Bernardo	Conselho M. da Educação
Mônica Luciane Sonalho	Comissão Escolar
Letícia Pereira	Instituição de Ensino Rede Estadual
Neivana Aparecia Aguilera	Instituição de Ensino Rede Municipal
Greice Fracari Bossi	Conselho M. da Alimentação Escolar
Roger dos Santos Bieger	Conselho M. de Controle Social FUNDEB
Jaques Alba	Transportadores escolares
Rogério Vicente	Legislativo Municipal
Julio Manuel Urqueta Gómez	Polícia Civil
Francieli Pesamosca	Vigilância Sanitária
Ana Salete Bordignon	Conselho Tutelar


Art. 2º A função dos membros é considerada de interesse Público relevante e não será remunerada.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 4102/2021.

Riqueza/SC, 12 de julho de 2021.


RENALDO MUELLER

Prefeito de Riqueza


ELENI RUTZEN ENDRIGO
Secretária da Educação